



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO:

Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos

RIO BRANCO, ACRE
2018

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	4
2 APRESENTAÇÃO DO CURSO	5
3 INDICADORES DE DEMANDA PELO CURSO	8
4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL DO CURSO	10
5 OBJETIVOS DO CURSO	13
5.1 Objetivo Geral	13
5.2 Objetivos Específicos	13
6 METODOLOGIA	14
6.1 Desenho instrucional da especialização	14
7 VINCULAÇÃO DO CURSO COM AS LINHAS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM O ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.	15
8 ORGANIZAÇÃO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	16
8.1 Período de realização	16
8.2 Carga horaria	17
8.3 Habilitação	17
8.4 Número de Vagas	17
8.5 Vagas destinadas às disciplinas isoladas	17
8.6 Público Alvo	17
8.7 Requisitos para participação	17
8.8 Período de Matrícula	17
9 ESTRUTURA CURRICULAR	18
10. CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS OFERECIDAS E CORPO DOCENTE	19
11. MATERIAL DIDÁTICO	20

12. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	21
13. LINHAS DE PESQUISA DO CURSO	40
14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DISCENTES	41
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO	42
16. FORMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO E DOS DOCENTES PELOS ALUNOS	43
17. ORIENTAÇÃO E MONOGRAFIAS E/OU DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO.	43
17.1 A Tutoria	43
17.2 Polos de Apoio Presencial	44
18. ATIVIDADES VINCULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	47
19. ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E DEMONSTRAÇÃO DAS CONDIÇÕES LABORATORIAIS E DE BIBLIOTECA RELATIVOS AO CURSO	47
20 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO (VIABILIDADE FINANCEIRA)	47
21 REFERÊNCIAS/ANEXOS	48

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

IES proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE			
CNPJ: 04.071.106/0001-37			
Razão Social: Fundação Universidade Federal do Acre			
Sítio na Internet http://www.ufac.br/			
Endereço			
Cidade: Rio Branco	UF: AC	CEP: 69.925-900	Telefone: (68) 3901-2568 / 3901-2402
Nome do Responsável pela IES: MARAGARIDA DE AQUINO CUNHA			
Telefone Funcional: (68) 3901-2555		E-mail: reitoria@ufac.br	
Nome do Curso: Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos			
Área do Conhecimento: Ciências Humanas			
Nome do Coordenador: Marisol de Paula Reis Brandt			Titulação: Doutora
E-mail do Coordenador: solalis2003@yahoo.com.br		Telefone do Coordenador: 984283744	
E-mail para publicação:		Telefone para publicação:	
Unidade/Centro: CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas		Local de Realização do Curso: UFAC – NIEAD (Núcleo de Interiorização e Educação à Distância)	
Público Alvo: Servidores efetivos do sistema prisional acreano: agentes penitenciários, administradores, advogados, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que atuam diretamente com a política de reintegração social das pessoas privadas de liberdade, portadores de diploma de graduação.		Carga Horária Total: 465 horas	
Carga Horária das Disciplinas¹: 405		Carga Horária do TCC: 60 horas	
Número de créditos²: 29 (vinte nove)		Quantidade de Vagas: 300 vagas, distribuídas para: Rio Branco, 200 vagas, e Cruzeiro do Sul, 100 vagas.	
Duração do Curso: Mínimo de 15 e máximo de 18 meses			
Modalidade: () Presencial () Semipresencial (x) a distância			
() Próprio (x) Conveniado () especificar: UFAC/CAPES/IAPEN			
Periodicidade (x) Turma Única () Regular			

1

Somente as disciplinas sem o TCC.

2

01 crédito equivale a 15 horas.

2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

A gestão do sistema penitenciário é hodiernamente uma das tarefas mais complexas enfrentadas pela Administração Pública, desde que as crises e conflitos intramuros se expandem na consolidação da mais terrível figura fantasmática do imaginário social: a insegurança pública.

O Brasil tem a segunda maior população carcerária das Américas, com o número de 187,7 reclusos em cada cem mil habitantes, ficando atrás dos Estados Unidos com 740 presos na mesma proporção populacional. Acresce-se que a vida citadina nas urbes brasileiras já não pode ignorar a onipresente produção dos meios de comunicação de massa, a constante sensação de insegurança na vida dos cidadãos contemporâneos, secundada por seus derivados, fantasmas do imaginário coletivo que subsidiam e contemplam limitações e restrições às liberdades públicas fundamentais, posto que fazem possível o pesadelo da opressão da vida coletiva, desde que, esta passa a transcorrer imersa na cisão intransponível entre anseios de distintas classes sociais, a crença do império da barbárie e do terror, operando irremediável projeção de bestialização nas figuras de alteridade, e ignorando a possibilidade da existência do pluralismo das formas de vida.

O Sistema de Penalidades oficial que se elaborou com a missão precípua do controle formal dos delitos resiste inabalável a todas as críticas que remanescem quase desde a sua instituição, pois o Sistema Penitenciário continua sendo a alternativa mais utilizada pela reação social, considerado a *ultima ratio* na solução das condutas transgressoras do ordenamento jurídico pátrio, muito embalde, ninguém desconheça ou contradiga as suas características de elevada dispendiosidade de manutenção, ineficácia na produção dissuasiva de comportamentos censuráveis e ineficiência notória na contenção da criminalidade e na prevenção da reincidência delitiva.

Todavia, foi o Iluminismo, através das teorias de Cesare de Beccaria, que deu uma outra conotação ao castigo, incorporando o viés “reeducativo”, cuja finalidade é a reintegração social do transgressor. Essa visão se mantém no discurso institucional atual, pelo menos no seu enunciado, nem sempre na sua enunciação.

A perspectiva desse trabalho impõe uma mudança de enfoque e, até, uma análise crítica desse propósito à luz do desenvolvimento atual das Ciências Humanas. Contudo, apesar de todas as oposições, o sistema prisional mantém-se firme, inabalável a sua posição de hegemonia como alternativa da reação social ao delito.

No Estado do Acre, de acordo com o Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN), a população prisional em regime provisório, fechado e semiaberto é de 4.593 (quatro mil, quinhentos e noventa e três) sendo 4.361 (quatro mil, trezentos e sessenta e um) homens, e 232 (duzentos e trinta e duas) mulheres. A Vara de Execuções Penais tem sob sua custódia uma população prisional de mais de 5.000 (cinco mil) detentos, concentrando 61,47% (sessenta) por cento da mesma, ou seja, 3.105 na sua capital, Rio Branco.

A Lei de Execução Penal erige como objetivo fundamental de sua instituição, o disposto no enunciado de seu Artigo 1.º *“A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”*.

Portanto, a proposta do presente Projeto de Curso de Pós-graduação, é uma oferta de cooperação da comunidade universitária com o intuito de buscar alternativas que atenuem as graves crises enfrentadas pelas instituições de controle formal dos delitos, a qual entende encontrar respaldo jurídico nos fundamentos legais da demanda institucional explicitada nos Artigos 4º e 72º, v, da Lei nº 7.210/84 c/c Lei nº 10.792/03, e por conseguinte, visa à contribuição no aprimoramento da gestão do sistema penitenciário do Estado do Acre, por intermédio do aperfeiçoamento do servidor do sistema prisional.

O Curso de Pós-graduação, pretende propiciar assistência técnico-jurídica, com os fundamentos teóricos das Ciências Humanas, aos trabalhadores que operam no âmbito da administração carcerária, de modo a favorecer a implementação na prática do cotidiano carcerário dos princípios reitores e das regras preconizadas na legislação do processo executivo penal brasileiro.

O Curso de especialização enfocará a gestão prisional, no momento em que se opera sobre o apenado a reação social ante à prática delituosa, qualificando os profissionais envolvidos neste mister, os operadores técnico-científicos e custodiadores administrativos do sistema penitenciário, a partilharem práticas sociais integradas, consubstanciadas pela troca profícua de experiências obtidas na especificidade do trabalho que se realiza no âmbito dos estabelecimentos de cumprimento do processo executivo de pena.

O enfoque interdisciplinar possibilitará a habilitação dos servidores penitenciários ao conhecimento e produção de propostas estratégicas de tratamento não-patologizante, que possam romper com os paradigmas tradicionais da criminologia, ampliando a reflexão e a consciência sobre o processo criminalizador da instituição prisional, contribuindo para o trabalho de ressocialização preconizado pela Lei de Execução Penal, sob a perspectiva político-teórica da Justiça como Equidade, e a orientação sempre relevante e imprescindível da

principiologia decorrente da legitimação afirmativa dos Direitos Humanos, inafastável observância de um dos fundamentos constitucionais da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana.

Por fim, vale ressaltar que este Curso de Especialização é de fundamental importância para a Universidade Federal do Acre, tendo em vista, a possibilidade de uma efetiva prestação de serviço a uma comunidade específica do sistema de segurança do Acre, bem como, da possibilidade concreta da interdisciplinaridade com outros departamentos desta IFES.

Para tanto, vale salientar que, parte das estratégias e ações de formação para tal fim, estabeleceu-se um convênio entre a UFAC, a FUNDAPE, Fundação credenciada junto ao MEC para apoiar a Universidade Federal do Acre e, o Instituto de Administração Penitenciária, os quais se alicerçam sobre a lei 8.958/94 que prevê este tipo de convênio, em conformidade com o Art. 1º que diz: *“As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)”*.

O Curso de Especialização está organizado e se desenvolverá orientado pelos seguintes princípios:

- a) Garantia do direito de todos e de cada um aprender como dimensão estruturante do direito à formação e qualificação profissional.
- b) Sólida formação teórica e interdisciplinar que contemple diferentes dimensões do labor de cada profissional, obedecendo suas diversas áreas de atuação dentro do sistema penitenciário.
- c) Articulação teórico-prática no processo de formação a partir da reflexão da realidade situacional de cada profissional.
- d) Valorização da escola como espaço formativo, realidade em permanente processo de construção, e dos profissionais que nela atuam.
- e) Visão articulada do trabalho teórico no ambiente formativo/instrucional com o ambiente Penitenciário reeducador, o funcionamento das penitenciárias e a relação desta com um projeto de sociedade equitativa.

O curso de especialização em tela será ofertado nos Polos da UAB, pela Universidade federal do Acre, instituição vinculada a Universidade Aberta do Brasil- UAB. O

curso será dividido em quatro módulos, que deverão ser realizados sequencialmente. A interatividade será uma das características estruturantes do curso, contando com forte tutoria virtual, o que requer um processo muito dinâmico, tarefas na plataforma, com intensa interação entre tutor a distância e alunos, o que implica uma baixa relação tutor/aluno 25-30 alunos por tutoria. O curso deverá ter, no seu desenho, atividades presenciais que contarão, para o seu desenvolvimento, com os polos da UAB.

O conteúdo de “alfabetização digital” será ofertado na modalidade semi-presencial, em duas versões, Linux e Windows, tendo como objetivo aprender a utilizar as ferramentas tradicionais e, também, o uso na prática da plataforma³. Contará, ainda, com a introdução à metodologia de EAD.

Haverá um material didático que utilizará, desde o início, diferentes recursos, linguagens e mídias, em uma abordagem que privilegie a complementariedade entre elas, dentro de uma perspectiva global de um desenho instrucional planejado. A utilização de cada elemento estará orientada pelo material impresso e, também, na capacitação dos professores, para que induzam esta utilização na interação na e pela plataforma/ambiente virtual.

3 INDICADORES DE DEMANDA PELO CURSO

O aspecto fundamental que norteia a realização do Curso de pós-graduação pode ser sintetizado na busca por um conhecimento que melhor qualifique os profissionais do Sistema Prisional a orientação de suas ações para uma resolução oportuna dos problemas enfrentados. Uma qualificação mais profunda na temática tem como resultado o abandono de todo tipo de improvisação gerada pela falta de conhecimento quanto aos procedimentos cabíveis na resolução, principalmente, de conflitos.

A Universidade Federal do Acre, considerando sua meta básica de Formação de excelência e acreditando que a educação de alto nível é o instrumento que impulsiona o Brasil para o desenvolvimento social, conta com um corpo docente altamente qualificado e oferece aos alunos um ambiente de estudo compatível com as condições necessárias para um excelente aprendizado e qualificação profissional que atenda o mercado de trabalho e a formação plena cidadã.

³ A Plataforma adotada será, majoritariamente, o Moodle, podendo as universidades optarem por outra, contanto que se responsabilizem pela migração/ou adaptação do curso para a Plataforma escolhida. A escolha do Moodle se deve ao fato de que a maioria das instituições está utilizando essa plataforma,

Atualmente, o efetivo de servidores do sistema prisional estado do Acre, conforme dados do IAPEN, ano calendário 2016, é o seguinte:

Especialista em Execução Penal (administradores, pedagogos, analista de sistemas e nutricionista)	31
Advogado	2
Assistente Social	33
Contador	1
Engenheiro Agrônomo	1
Psicólogo	9
Agente Penitenciário	1064
Técnico Administrativo e Operacional	64
Auxiliar Administrativo e Operacional	14

A história de meio século da Universidade Federal do Acre, desde a criação da Faculdade de Direito em 1964, passando pela institucionalização do Centro Universitário do Acre em 1970, pela criação da Fundação Universidade do Acre em 1971, até sua federalização em 1974, proporcionou-lhe, por vários anos, a condição de ser a única instituição de educação superior do estado. Essa situação mudou significativamente nos últimos vinte anos, já que a Ufac absorve atualmente menos de 40% (quarenta por cento) dos alunos de graduação matriculados no estado.

Dos vinte e dois municípios acrianos, dezoito encontram-se interligados por via terrestre, facilitando a atuação da expansão do ensino superior no estado, sendo que, para os outros quatro municípios, ainda existe dificuldade de logística, haja vista a ligação ser estabelecida somente por via fluvial e aérea. O Acre tem ligação por via terrestre com as demais regiões brasileiras, e também com países vizinhos (Bolívia e Peru), incluindo o acesso aos portos do Oceano Pacífico, possibilitando a inserção regional da Ufac.

Na esteira das transformações tecnológicas, o estado foi incorporado no circuito mundial das redes de comunicação global. Em outras palavras, a Universidade Federal do Acre, que nasceu marcada pelo isolamento geográfico e pelas limitações da interação acadêmica, hoje

se defronta com os desafios postos pela globalização, na medida em que todos os canais deste processo se comunicam com a região acriana, em maior ou menor intensidade.

No contexto local e global em que está inserida nesta segunda década do século XXI, a Ufac tem atravessado um paradigma técnico-científico em transformação, pelo qual se exige cada vez mais o uso de métodos transdisciplinares, interdisciplinares e reflexivos, com elevado grau de responsabilidade social. Essas transformações estabelecem novas exigências acadêmicas para se enfrentar as grandes questões e/ou desafios socioeconômicos acrianos da nossa época.

Assim sendo, a inserção regional de uma universidade com as características da Ufac, localizada fora do eixo político-econômico nacional, demanda muito mais esforço para que sua missão de produzir, sistematizar e difundir conhecimentos possa ser cumprida. Todas as ações acadêmicas precisam estar referenciadas e comprometidas com a realidade regional e local. Este é o sentido contemporâneo a respeito da inserção regional da educação superior, proveniente do aprendizado das últimas décadas.

O comprometimento não significa o relaxamento das dimensões teóricas, históricas e instrumentais das ações acadêmicas da instituição. Pelo contrário, considerar o contexto regional nas formulações dos projetos pedagógicos, incluindo as ações de pesquisa e de extensão, requer a proteção dos princípios do rigor científico que fundamentam cada uma das áreas do conhecimento da universidade.

Nesse sentido, a inserção da Universidade Federal do Acre, numa região com muitas fragilidades nos campos técnico-científico e econômico, depara-se com desafios localizados nos diferentes setores de atividades e categorias sociais, num contexto mais complexo que aquele de cinco décadas atrás, quando se iniciou a história da Ufac. A consciência destes desafios exige que as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em todas as suas dimensões, sejam formuladas e implementadas com base na realidade acreana, sem prejuízo dos critérios que compõem o arcabouço do padrão científico moderno.

4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA SOCIAL DO CURSO

A Segurança Pública do Estado do Acre, desde 2008, adota o modelo de Sistema Integrado de Segurança Pública – SISP, composto pela Secretaria de Segurança Pública - SESP, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN e Departamento de Polícia Técnico-Científica. O objetivo deste modelo é a prestação do serviço de Segurança Pública à população com qualidade, a partir da viabilização de uma atuação operacional sistêmica e

complementar entre as instituições, com a otimização dos recursos humanos e materiais. O IAPEN é responsável pela gestão de 14 (treze) unidades prisionais no Acre, das quais 8 (oito) estão na Capital e 6 (seis) em municípios do interior. Na Gestão da Segurança Pública, o Acre está dividido em 10 (dez) Regionais das quais 5 (cinco) compõem a Capital e 5 (cinco) compõem o interior.

Diante dos fatos que evidenciam o aumento da violência no Brasil, torna-se necessário que o problema seja analisado por território, pois as peculiaridades regionais compõem o conjunto de fatores determinantes no que diz respeito à variação dos indicadores de violência.

Retomando como referência o indicador de homicídio, o Estado do Acre tem apresentado aumento na sua frequência absoluta e, conseqüentemente na sua taxa. A taxa média do Acre, considerando os últimos 10 anos, é de 23,3 vítimas de homicídio para cada grupo de 100 mil habitantes e a do Brasil de 25,2. A partir desta média, devemos considerar que a taxa Estadual em 2013 nos alerta para a possibilidade de ultrapassarmos a taxa nacional em 2014.

De acordo com a publicação do Anuário/2013 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2012), o Estado do Acre apresentou a 12ª posição no Ranking nacional e a 4ª na Região Norte, conforme demonstra a tabela a seguir. Considerando os casos de homicídios no Acre em 2014 e as análises feitas para identificar as motivações, concluímos que um percentual considerável das ocorrências tem uma relação direta ou indireta com o tráfico de drogas.

Devido ao posicionamento geográfico do Estado e as oportunidades de transporte pelas vias hídricas, estima-se que há um grande trânsito de droga no Acre com destino aos grandes centros do país. De acordo com Relatório da Organização Mundial de Saúde (2014), o Brasil é o segundo país em importação de cocaína na América do Sul e um dos principais em trânsito de drogas oriundas da Colômbia, Peru e Bolívia, reafirmando a vulnerabilidade do Acre nesse contexto.

No ano de 2009, o mercado de drogas movimentou em torno de 300 bilhões de dólares. Conforme informações da Polícia Federal. Cerca de 90% das drogas apreendidas no Acre vem do Peru, afirma a Polícia Federal local. Os homicídios registrados no Brasil, 50 mil a cada ano, em sua grande maioria tem alguma relação com a cadeia de drogas. Desse total de homicídios registrados, 74,4% são praticados com arma de fogo.

No Brasil, 39,7% das mortes por assassinato são de jovens entre 16 e 24 anos. No Acre a população entre 15 e 29 anos representa 29% do total da população (Censo, 2010). Em 2009, os jovens nessa faixa etária foram autores de 24% dos homicídios consumados e representaram 41% das vítimas.

Do ano de 2000 a 2010, o índice médio de crescimento da população representou 3%, enquanto o índice médio de crescimento de homicídios representou 4%. No ano de 2010, a taxa de homicídio para 100.000 hab. foi de 26,6, que representa também a taxa média dos últimos 10 anos. A taxa de homicídio do Brasil em 2007 foi de 25,2. Há uma expansão da violência para os municípios localizados no entorno da capital, sobretudo nos municípios de fronteira, em locais com difícil acesso da área rural, onde a presença da polícia é praticamente inexistente. As ocorrências de roubo na capital estão crescendo, assim como o uso de arma de fogo no modus operandi, o que pode ser constatado pelo aumento dos crimes de latrocínio.

Destaca-se nesse tipo de crime, os roubos e furtos de veículos, onde mais de 90% tem destinação de venda os países de fronteira, especialmente a Bolívia, onde a facilidade de legalização de carros e motos é praticamente imediata. Torna-se imperioso aos profissionais do sistema prisional o conhecimento sociológico necessário a uma interpretação mais abrangente da realidade prisional. É importante que os profissionais possuam elementos históricos e sociológicos para entender as determinações desta sociedade que produz o público com o qual se depara cotidianamente e, desta forma, compreender a necessidade de um comportamento desprovido de sentimentos e julgamentos pessoais, que levem a atitudes contra a legalidade e de desrespeito aos direitos humanos, reavaliando constantemente sua atuação à luz dos preceitos da ética profissional.

No ano de 2007 o IAPEN contou com a realização de

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE RELATÓRIO DE VIAGEM¹	
NOTIFICAÇÃO DO PROPOSTO		
Francimar de Lima Medeiros		
Técnico		
LO: NIEAD		SIAPE: 9115722/SEE
NOTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO		
CURSO/TRECHO: Rio Branco/Feijó/Rio Branco		
A SAÍDA: 25/10/2018		DATA DA CHEGADA: 26/10/2018/2018
DO EVENTO: Feijó (CEDUP)		
DO EVENTO: 25/10/2018		TÉRMINO DO EVENTO: 25/10/2018
DO DA VIAGEM: ão do primeiro encontro presencial do Curso de Formação de Tutores para Educação a l.		
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES		
DATA	ESPECIFICAÇÃO	
25/10/2018	Deslocamento para Feijó.	
18 (18 às 22hs)	Realização da oficina do primeiro encontro presencial do Curso de Formação de Tutores para Educação a Distância: (1º momento: Boas-vindas; apresentação da agenda do encontro; O que é educação a distância; O NIEAD no contexto do Plano de Desenvolvimento da EAD; Atividade prática; 2º momento: O papel do tutor on-line; atividade prática no laboratório de informática: ambientação na plataforma moodle; dúvidas e dificuldades; avaliação da formação; encerramento).	
18	Retorno para Rio Branco.	
JUSTIFICATIVAS (Nos casos de retorno antecipado, saída após a data da viagem, não o da viagem e entrega do relatório fora do prazo legal (05) cinco dias corridos após a a do relatório de viagem não pôde ser entregue no prazo previsto, em função deste encontrar-se ausente do Município de Rio Branco, em viagem.		
co, AC, 06 de novembro de 2018.		
Local e data		Assinatura do servidor
de recebimento pelo solicitante		Assinatura do solicitante

concurso público para contratação de servidores efetivos, e após esse período o Instituto promoveu apenas um curso de formação ao qual não fora dada continuidade, e alguns minicursos voltados para as áreas operacionais. A não continuidade deste processo de capacitação provoca algumas limitações às ações de reintegração social do IAPEN, e sendo este o principal objetivo da Instituição, prejudica seu papel junto à sociedade.

Sabe-se que as instituições de ensino superior proporcionam conhecimento suficiente para o desenvolvimento da profissão, entretanto, algumas questões como a rotina laboral, o recorte de políticas públicas, os valores, a missão e a postura da instituição somente são transmitidas em cursos de formação institucionais, levando-se em consideração que a dinâmica da sociedade exige respostas condizentes com suas transformações, produzindo a necessidade de novas competências, além do aperfeiçoamento de conhecimentos nas temáticas essenciais em gestão pública de modo a subsidiar uma melhor atuação junto aos processos de trabalho internos.

No entanto, tão importante quanto oferecer oportunidades de capacitação aos servidores, é ter clareza de que perfil de profissional o Sistema Penitenciário necessita para dar cumprimento àquilo que prevê a Lei de Execução Penal, no seu artigo 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Ora, a formação e a capacitação profissional estarão necessariamente assentados numa determinada perspectiva ideológica, no sentido de que a definição de cursos corresponda com uma visão do profissional que se deseja, no intuito de valorizar as principais virtudes e conhecimentos imprescindíveis para atuação no sistema prisional.

Diante do exposto, a relevância de um Curso de pós-graduação para os servidores do sistema penitenciário baseia-se na possibilidade de aprofundamento do conhecimento para operacionalização qualificada de suas funções. O aperfeiçoamento dos conhecimentos inerentes ao desenvolvimento administrativo e operacional do processo executivo penal com vistas à qualidade na prestação do Serviço, foco deste curso, trará também uma nova percepção para os acrianos, considerando a abordagem profissionalizante em Cursos de Pós-Graduação, uma conexão entre o conhecimento teórico-reflexivo e o conhecimento prático-empírico. A provocação quanto à criação de um projeto com uma temática desta natureza é justamente em virtude da carência a ser suprida na área Penitenciária no que diz respeito ao conhecimento profissional de Gestão, conhecimento este que trará de forma inovadora grande desenvolvimento a partir dos conhecimentos adquiridos.

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

Formar profissionais que atuam na administração penitenciária do estado do Acre, com base técnica e conhecimentos administrativos e operacionais, comprometidos com a ética profissional e a boa prestação de serviço de Segurança Penitenciária, fundada nos deveres da cidadania e dos direitos humanos, na perspectiva da transversalidade dos saberes em níveis: conceitual, procedimental e atitudinal, sob a orientação de um corpo docente altamente qualificado.

5.2 Objetivos Específicos

- Formar especialistas e habilitá-los para a atuação na área de Gestão Penitenciária, Tratamento Penal, e Direitos Humanos, visando a reorganização dos serviços hoje prestados à população carcerária;
- Especializar profissionais para atuarem dentro do contexto Penitenciário em cargos de tomada de decisão, garantindo multiplicação dos conhecimentos e o processo de mudança e transformação nas práticas de tratamento do aprisionado.
- Apresentar a Gestão em Segurança Penitenciária e Direitos Humanos como instrumento de aperfeiçoamento teórico e prático aos profissionais que atuam nessa área, principalmente, no que diz respeito ao que se pode realizar no sentido de melhorar os resultados de sua atividade;
- Atualizar o servidor penitenciário, pondo-o em dia com as novas soluções elaboradas pela teoria especializada, com as melhores práticas desenvolvidas na área de Segurança Penitenciária e Direitos Humanos;
- Demonstrar aplicabilidade da Gestão Penitenciária em casos concretos, preparando profissionais para elaborar estratégias de atuação tanto institucional como individual, com um enfoque transdisciplinar, orientados por princípios éticos e de direitos humanos.

6 METODOLOGIA

6.1 Desenho instrucional da especialização

O curso de especialização será ofertado nos polos da UAB, pela Universidade Federal do Acre, que, em parceria com o Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, utilizará a estrutura física e tecnológica do CEDUP – Centro de Educação Permanente, presente nos municípios polos.

O curso será dividido em quatro módulos, que devem ser realizados sequencialmente no período mínimo de 15 meses e máximo de 18.

A interatividade será uma das características estruturantes do curso, contando com forte tutoria virtual, o que requer um processo muito dinâmico, tarefas na plataforma, com intensa interação entre o Professor Formador, tutor à distância, tutor presencial e o aluno, o que implica a necessidade de uma baixa relação tutor/aluno 25-30 alunos por tutoria. O curso contará com atividades virtuais, a serem realizadas na plataforma Moodle e presenciais que serão realizadas nos Polos com suporte dos formadores.

Por meio da disciplina de Introdução às Ferramentas de EAD, o conteúdo de “alfabetização digital” será ofertado na modalidade à distância, em duas versões, Linux e Windows, tendo como objetivo que o cursista aprenda a utilizar as ferramentas tradicionais e também o uso na prática da plataforma.

Haverá um material didático que utilizará, desde o início, diferentes recursos, linguagens e mídias, em uma abordagem que privilegie a complementariedade entre elas, dentro de uma perspectiva global de um desenho instrucional planejado. O percurso acadêmico será orientado pelo material que será disponibilizado virtualmente na plataforma, bem como, por materiais impressos, que eventualmente poderão ser utilizados pelos formadores nos encontros presenciais.

Na construção do desenho instrucional do material didático, serão consideradas, pelo menos, duas situações:

- A necessidade de dinamização do formador que atua na plataforma, no AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- As necessidades específicas do cursista, especialmente, àqueles preteridos do acesso ao ambiente virtual, em decorrência de suas peculiaridades geográfica.

Por fim, no que diz respeito à metodologia da sala de aula, é importante evitar excesso de textos e partir da experimentação de ideias, propondo ações em sala de aula para depois instrumentalizar com teoria e a didática praticada.

7 VINCULAÇÃO DO CURSO COM AS LINHAS DE PESQUISA E DE EXTENSÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM O ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

A proposta tem vinculação com a área do Direito, mas se propõe a transdisciplinaridade, com interface com as Ciências Humanas e Sociais, bem como as Ciências Sociais aplicadas.

O curso de Pós-Graduação para os servidores do sistema penitenciário se vincula ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sobretudo, em um campo específico que aborda a temática do tratamento penal, gestão prisional e direitos humanos, salvaguardados pelo Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN) do estado do Acre. O curso será um importante instrumento de formação de lideranças e de capacitação dos servidores penitenciários no Estado. Nesse sentido, propõe-se estabelecer o equilíbrio entre o arcabouço teórico e acadêmico apreendido com a prática ou lide profissional, no contexto específico da Administração Penitenciária.

O curso está estruturado em uma Linha de pesquisa, a saber, “Modalidades de Tratamento Penal, Gestão Prisional e Direitos Humanos nas prisões”. Os eixos norteadores são: 1) elaboração de propostas de políticas públicas que possam concretamente promover a redução de danos nas prisões e, além disso, contribuir para a adequação da Segurança Penitenciária às reais necessidades do estado (levando-se em conta a característica peculiar do Acre como estado fronteiriço); 2) Especificamente, aprofundar conhecimento sobre a estrutura penitenciária e seus objetivos, assim como, a discussão em torno do que se denomina de “reeducação” e/ou ressocialização” da pessoa presa; 3) Quantificar, localizar e estabelecer as múltiplas facetas e/ou relações de causalidade com ocorrências intramuros (conflitos entre presos, motins, organizações criminosas etc); 4) Estudar a relação entre sistema penitenciária e perpetuação da violência extra-muros. 5) Por fim, estabelecer possíveis cenários para o estado, em médio e longo prazos.

8 ORGANIZAÇÃO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

8.1 Período de realização

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do Sistema Penitenciário e Direitos Humanos terá duração de 15 meses, ao longo do qual, o aluno deverá integralizar os créditos. A primeira turma iniciará em outubro de 2018, com previsão de conclusão para maio de 2020

a) Início: outubro de 2018

b) Término dos Créditos teóricos: fevereiro de 2020

c) Prazo final para entrega da monografia ou trabalho de conclusão de curso: março de 2020.

d) Horário e dia de funcionamento do curso:

Por ser ofertado sob a modalidade a distância, o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos não possui horários e dias fixos para funcionamento, ficando sob a responsabilidade dos docentes a distribuição adequada dos conteúdos didáticos e atividades conforme a carga-horária de cada disciplina e, dos cursistas a realização dos seus estudos mediante uma melhor organização de seu tempo pessoal. Desta maneira, ambos os atores (docentes e discentes) devem considerar uma carga-horária mínima de 6 horas/aulas semanais para a distribuição/realização dos estudos/atividades.

Além disso, bimestralmente serão realizados Encontros Presenciais obrigatórios, nos municípios de oferta do curso, preferencialmente aos finais de semana e nos seguintes horários: sexta-feira, das 14:00h às 18:00h e/ou das 19:00h às 22:00h; sábado, das 8:00h às 12:00h e/ou das 14:00h às 18:00h; domingo, das 8:00h às 12:00h. Nesses encontros serão realizados atendimentos tira-dúvidas, ministração de aulas, apresentações, seminários e avaliações presenciais.

8.2 Carga horaria

- 465 horas

8.3 Habilitação

- Especialista em Gestão de Sistema Penitenciário

8.4 Número de Vagas

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos terá um número total de **300 vagas**, distribuídas nos municípios de Rio Branco, com um total de 200 vagas, e Cruzeiro do Sul, com um total de 100 vagas.

8.5 Vagas destinadas às disciplinas isoladas

Não se aplica (NSA)

8.6 Público Alvo

Servidores efetivos do sistema prisional acreano: agentes penitenciários, administradores, advogados, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que atuam diretamente com a política de reintegração social das pessoas privadas de liberdade, portadores de diploma de graduação.

8.7 Requisitos para participação

Critérios:

1. Ter graduação nível superior.
2. Ser servidor do sistema penitenciário.

8.8 Período de Matrícula

- 01 de setembro de 2018 a 30 de setembro de 2018.

9 ESTRUTURA CURRICULAR

NUCLEO/MÓDULO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	CÓDIGO
MÓDULO I	Introdução ao AVA (Ambiente Virtual de aprendizagem)	45 horas	3-0-0	
	Direitos humanos, democracia, ética e cidadania	30 horas	2-0-0	
	Fundamentos básicos do sistema penitenciário	30 horas	2-0-0	
	Comunicação, informação e tecnologia em segurança pública	30 horas	2-0-0	
	Segurança penitenciária, gestão de conflitos e eventos críticos	30 horas	2-0-0	
MÓDULO II	Direito administrativo e administração pública	30 horas	2-0-0	
	Criminologia aplicada à segurança penitenciária e direitos humanos	30 horas	2-0-0	

	Psicologia aplicada à segurança penitenciária	30 horas	2-0-0	
	Sindicância e processo administrativo	30 horas	2-0-0	
MÓDULO III	Reinserção da pessoa presa	30 horas	2-0-0	
	Valorização e saúde do profissional do sistema penitenciário	30 horas	2-0-0	
	Relações interpessoais na gestão penitenciária	30 horas	2-0-0	
MÓDULO IV	Metodologia da pesquisa científica	30 horas	2-0-0	
	Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas	0-2-0	

10. CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS OFERECIDAS E CORPO DOCENTE

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	IES A QUE ESTÁ VINCULADO
Introdução ao AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem)	45 horas	Dr. Luiz Augusto Matos da Silva	691.054.132-49	Doutor	UFAC
Direitos humanos, democracia, ética e cidadania	30 horas	Dr. Nilson Euclides da Silva	053.881.488-82	Doutor	UFAC
Fundamentos básicos do sistema penitenciário	30 horas	Dr. Nilson Euclides da Silva	053.881.488-82	Doutor	UFAC
Comunicação, informação e tecnologia em segurança pública	30 horas	Dr. Luiz Augusto Matos da Silva	691.054.132-49	Doutor	UFAC
Segurança penitenciária, gestão de conflitos e eventos críticos	30 horas	Vinicius Menandro de Souza	495.552.192-49	Mestre	UFAC
Direito administrativo e administração pública	30 horas	Prof. Dr. Hilário de Castro Melo Júnior	271.882.868-41	Doutor	UFAC
Criminologia aplicada à segurança penitenciária e direitos humanos	30 horas	Prof. Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento	001.299.517-73	Doutor	UFAC
Psicologia aplicada à segurança penitenciária	30 horas	Prof. Dr. Enock Pessoa	032.516.402-91	Doutor	UFAC
Sindicância e processo administrativo	30 horas	Prof. Dr. Hilário de Castro Melo Júnior	271.882.868-41	Doutor	UFAC
Reinserção da pessoa presa	30 horas	Dra. Silvane da Cruz Chaves	848.931.767-49	Doutor	UFAC
Valorização e saúde do profissional do sistema penitenciário	30 horas	Dra. Suleima Pedroza Vasconcelos	516.422.392-91	Doutor	UFAC
Relações interpessoais na gestão penitenciária	30 horas	Dra. Danyelle Gonzaga Monte da Costa	725.838.944-04	Doutor	UFAC
Metodologia da pesquisa científica	30 horas	Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto	308.073.102-63	Doutor	UFAC
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas	Orientadores			UFAC

11. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático impresso constitui um pilar importante deste processo, uma vez que, mesmo disponibilizando-se o conteúdo na web (além do projeto, guia didático, textos de consulta etc.), é importante lembrar que poucos professores, em seu dia-a-dia, dispõem de computadores conectados a internet.

A Plataforma, um outro pilar importante, estimulará a interatividade como fator relevante para o sucesso do curso. Neste sentido, textos objetivos, densos teoricamente, pesquisas induzidas, devem ser fortemente estimuladas, podendo ser realizadas nos pólos da UAB, nos ambientes, espaços e laboratórios das escolas.

O conteúdo é mais fortemente centrado no material impresso, mas também pode ser oferecido na plataforma ou por meio de busca na internet; as atividades propostas para realização em sala de aula têm sua oferta mais fortemente centrada na plataforma pois são mais interativas, mas também serão indicadas pelo material impresso.

Na construção do desenho instrucional do material didático, serão consideradas, pelo menos, duas situações:

- A situação de dinamização do professor atuando em sala de aula;
- A situação do professor como aluno-cursista.

Essas duas situações se misturam, pois, quando o professor for mais aluno, o material didático dialoga com ele mais fortemente no processo de ensino e aprendizagem. Na outra situação ele interagirá mais com os tutores e com seus colegas professores, na experimentação de metodologias praticadas com seus alunos no chão da escola.

Por fim, no que diz respeito à metodologia da sala de aula, é importante evitar excesso de textos e partir da experimentação de ideias, propondo ações em sala de aula para depois instrumentalizar com teoria e a didática praticada.

12. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

Ementário, objetivos e bibliografias básicas e complementares das disciplinas, seminários e/ou oficinas.

Nome da disciplina: INTRODUÇÃO AO AVA (Ambiente Virtual de aprendizagem)		
Carga horária: 45 horas	Quantidade de créditos: 3-0-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: À distância		
Ementa da Disciplina: O projeto político-pedagógico do curso de especialização em ensino de filosofia no ensino médio: compreensão da proposta e da estrutura geral do curso, apropriação dos fundamentos e das ferramentas da EAD, a organização do estudo e da pesquisa a partir do ambiente virtual.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Iniciar a ambientação do (a)- cursista com as ferramentas disponíveis na plataforma Moodle, privilegiando a apresentação dos elementos disponíveis na plataforma e favorecendo o entendimento sobre o ambiente virtual como um espaço dialógico e interativo, facilitador do processo de aprendizagem, Visando, também, nesse contexto, a apresentação da estrutura geral do curso, sua forma de desenvolvimento e a participação de seus diferentes integrantes.		
Específicos: - Descrever a Educação a Distância. - Identificar possibilidades para novos ambientes de aprendizagem (Plataforma Moodle). - Descrever as contribuições da EaD para a redução das desigualdades educacionais, relacionadas ao acesso entre as diversas esferas educativas. - Compreender a constituição do discente na EaD. - Detalhar a metodologia utilizada para a EaD. - Descrever os diferentes ambientes para realização da EaD. - Relacionar as vantagens e as contribuições que a EaD oferece para a sociedade. - Orientar o discente para estudar a distância.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		

FORMIGA, M.; LITTO, F. (org.). Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson, 2009.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SILVA, R. S. da. Moodle Para Autores e Tutores: Educação a Distância na Web 2.0. São Paulo: Novatec, 2011.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

BELLONI, M. L. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.

PALOFF, R.; PRATT, K. Aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRIMO, A. Avaliação em processos de educação problematizadora online. In: SILVA, M.; SANTOS, E. (Orgs.). Avaliação da aprendizagem em educação online. São Paulo: Loyola, 2006. p. 38-49.

Nome da disciplina:

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA, ÉTICA E CIDADANIA

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:
2-0-0

Unidade: CFCH

Modalidade de Realização: A distância

Ementa da Disciplina:

Princípios Constitucionais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Humanos. Polissemia conceitual. Perspectiva histórica. Ideia de gerações e suas críticas. Principais documentos. Evolução histórica e social dos direitos: as transformações e o modo de agir e pensar da humanidade com práticas e respeito aos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos. Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. Proteção Regional. Direitos Cíveis e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Violência. Especificação dos sujeitos de direito. Reflexão crítica sobre a prática da cidadania. A Ética e os Direitos Humanos. Sistema Penitenciário e Valorização Humana.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Apresentar os fundamentos e concepções de direitos humanos e cidadania, proporcionando conhecimentos mínimos acerca da emergência de tratamento penal humanizador nas prisões brasileiras.

Específicos:

- Destacar os dilemas e as diferentes contradições do sistema penitenciário brasileiro que dificultam a implantação de um modelo humanizador de administração das unidades penitenciárias;
- Propiciar uma visão crítica sobre o sistema prisional no que tange aos direitos humanos das pessoas presas.
- Discutir a relação entre direitos humanos e direito à educação prisional.

Bibliografia básica (mínimo 03)

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DALLARI, Dalmo de Oliveira. **O que são direitos das pessoas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUERRA, Sidney. **Direito humanos na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1996.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do Antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2003.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem**. São Paulo: Ática, 2004.

Nome da disciplina:**FUNDAMENTOS BÁSICOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Carga horária: 30 horas	Quantidade de créditos:	Unidade: CFCH
	2-0-0	

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Aspectos teórico-sociológico da prisão e do sistema penitenciário. O sistema penitenciário brasileiro. Prisão e controle social do crime. Punição e poder punitivo Estatal.

A prisão como instituição social. A finalidade da pena de prisão. Noções teórico/metodológicas da ressocialização e da inclusão social

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Apresentar a origem e evolução do sistema penitenciário no contexto mundial, destacando-se as tendências mais recentes de tratamento penal.

Específicos:

- Refletir sobre o papel socioeducativo da prisão desde seu nascedouro até os dias atuais, colocando em debate a questão da recuperação e inclusão social dos condenados;
- Apresentar uma abordagem reflexiva acerca da categoria gênero enquanto construção social;
- Discutir de modo crítico a realidade do sistema prisional acriano, no que tange à humanização dos seus espaços.

Bibliografia básica (mínimo 03)

BODÊ DE MORAES, Pedro R. - **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

FOUCAULT, Michel - **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

WACQUANT, Löic. – **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

LOURENÇO, Luiz Cláudio – **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. In: Dilemas, Revista de Estudos e Controle Social. Rio de Janeiro, Necvu, vol. 3, nº 10, out./dez. 2010. [versão eletrônica]

MACHADO DA SILVA, Antônio L. – Introdução. In: CAMPOS COELHO, E. – **A Oficina do Diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Editora Record, 2005.

RAMALHO, José R. -. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso**. 3. ed. São Paulo, IBCCRIM, 2002.

LEMGRUBER, Julita – **Controle da Criminalidade: Mitos e Fatos**. In: Revista Think Tank. São Paulo, 2001.

REIS, Marisol de P. – **De Volta ao Exílio: as representações sociais da reincidência penitenciária**. Brasília, 2001. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília.

Nome da disciplina: COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA		
Carga horária: 30 horas	Quantidade de créditos: 2-0-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: À distância		
Ementa da Disciplina: Doutrina de inteligência. Princípios básicos de inteligência. Inteligência estratégica e inteligência tática. Tipos de conhecimento de inteligência. Processo de produção de conhecimentos de inteligência. Identificação de necessidades informacionais, planejamento e obtenção dos dados. Organização e avaliação dos dados. Princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa. Comunicação verbal e corporal. Comunicação de massa e Sistema de Segurança Pública. Sistemas de telecomunicações interno e externo. Registro de ocorrências. Estatística criminal e análise criminal. Geoprocessamento e atuação policial no locus urbano. Gestão das novas tecnologias da informação. Atividades, operações e análise de Inteligência. Controle democrático e atividades de Inteligência.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Propiciar ao profissional da área de segurança penitenciária ampliar conhecimentos para sobre alguns dos principais conceitos da atividade de inteligência de segurança pública, as redes e os respectivos sistemas de inteligência.		
Específicos: - Desenvolver e exercitar habilidades para utilizar técnicas de inteligência de segurança pública; - Produzir conhecimentos necessários às tomadas de decisões; - Fortalecer atitudes que possibilitem identificar a importância de um comportamento devidamente pautado por princípios, características e valores éticos da atividade de inteligência de segurança pública.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		
BRAGA, Newton C. Espionagem e contra-espionagem eletrônica . São Paulo: Saber, 2005.		

CARMONA, Tadeu. **Segredos da espionagem digital**. São Paulo: Digerati, 2005.

Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP DULLES, Allen. **A arte das Informações**. Brasília, DF, 1977.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A inteligência e a gestão da informação policial**. Brasília: Fortium, 2008.

MENDES, G.F.; FORSTER JÚNIOR, N.J. **Manual da Presidência da República**. Brasília: Presidência da República, 2002.

KAHN, Túlio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Sento-Sé, J. T. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002..

MAGALHÃES, L. C. Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade – GIS. **Anais do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada**, São Luís, Maranhão, novembro 2007.

RIBEIRO, Luiz Julião. **Investigação Criminal: homicídio**. Brasília: Fábrica do Livro, 2006.

Nome da disciplina:

SEGURANÇA PENITENCIÁRIA, GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:
2-0-0

Unidade: CFCH

Modalidade de Realização:

Ementa da Disciplina:

O gerenciamento de crises. Características da crise. Eventos críticos no contexto do sistema prisional. Administração das manifestações contrárias às normas e regras estabelecidas pela política penitenciária. Estudos de medidas de contenção prévias. Responsabilidades de cada órgão, área e pessoas envolvidas no treinamento, organização, direção e uniformização das ações de prevenção, controle e combate de ocorrências que fogem à normalidade. Senso de percepção de risco. Análise e prevenção de conflitos. Mediação de conflitos. Emotividade e percepção das situações e conflito. Preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos. Uso da força, legitimidade e limites. Formas de uso da força, responsabilidade e ética.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Criar condições para que o profissional da área prisional possa ampliar sus conhecimentos a fim de compreender os elementos teóricos do gerenciamento integrado de crises e desastres e do Sistema de Comando de Incidentes.

Específicos:

- Desenvolver e exercitar habilidades para utilizar as técnicas que auxiliem na mediação de conflitos em unidades prisionais;
- Fortalecer atitudes para a noção de que os meios de resolução pacífica de conflitos contribuem para a transformação e contenção da escalada dos conflitos interpessoais em sua origem (o ambiente prisional), evitando a sua eclosão em episódios de motins e rebeliões;
- Destacar que os profissionais da área penitenciária desempenham um papel importante nas ações de prevenção, mediação e resolução de conflito.

Bibliografia básica (mínimo 03)

ALCÂNTARA JUNIOR, J. Segurança pública, polícia, comunidade: indivíduos e instituições (cap. 16). In: BARREIRA, César. (org.) **Violência e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ZACCHI, J. M. Prevenção da violência: avanços e desafios na ordem do dia. In: **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. Sistema de Justiça Criminal em Belo Horizonte: diagnóstico e perspectivas. **Revista Pensar BH – Políticas Sociais**. n.º 21, 2008.

BEGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, 2004, 18(1): p.119-131.

BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil.1998.

BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos (BAGER)**. Brasília: OFDA-USAID, 2001.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

Nome da disciplina:		
DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
Carga horária: 30 horas	Quantidade de créditos: 2-0-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: À distância		
Ementa da Disciplina: Atividades e Funções do Estado. O Direito Administrativo. Administração pública. Teoria Geral do Serviço Público. Poderes e Atos Administrativos. Contratos Administrativos. Licitações. Servidores Públicos: direitos e deveres. Estatuto do Servidor Público. Poder de Polícia. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração Pública.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Proporcionar conhecimentos jurídicos do Direito Administrativo, numa perspectiva interdisciplinar, dos seus principais temas e institutos.		
Específicos: - Destacar a relação binômica entre setor público e privado. - Destacar e analisar os principais temas e questões tratadas no Direito Administrativo. - Compreender o instrumental analítico e avaliativo do Direito Administrativo e sua relação com o poder normativo do Estado. - Desenvolver habilidades básicas para que o servidor prisional possa utilizar as ferramentas e instrumentos de gestão para mediar as ações decorrentes do contato direto com as demandas reais da população prisional; - Fortalecer atitudes no profissional para que ele possa cumprir a missão institucional, dentro dos padrões de ética, legalidade, moralidade, transparência e respeito, entre outros pertinentes à ação profissional, dentro de um Estado Democrático de Direito.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2018.

DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008.

ANDRADE, Sebastião Carlos de O. **Mudanças e oportunidade na gestão pública: o novo cidadão**. Rio de Janeiro, 2001.

DE OLIVEIRA, Fatima Bayma. (Org.) **Política de gestão pública integrada**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008.

DI PIETRO, Marial Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

FARAH Marta Ferreira S. et al. **Novas experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTIN, V. F. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Nome da disciplina: CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PENITENCIÁRIA E DIREITOS HUMANOS		
Carga horária: 30 horas	Quantidade de créditos: 2-0-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: À distância		
Ementa da Disciplina: Análise da incidência criminal no contexto social. Utilização de técnicas de prevenção e controle. Análise da vitimologia para a consecução do crime. Sistema Prisional e equilíbrio na prevenção e contenção dos fenômenos violentos e criminosos. Entendimento holístico do crime para uma melhor atuação do profissional na vida diária.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Criar condições para que o profissional da área penitenciária possa ampliar seus conhecimentos para interpretar as diversas teorias de micro e macrocriminologia, bem como os fatores que influenciam na criminalidade e na violência apresentadas pela sociedade contemporânea;		
Específicos: - Compreender o paradigma da reação social e suas decorrências. - Desenvolver e exercitar habilidades para o uso da informática no tratamento de dados de modo a obter uma interpretação dirigida pelas informações e estatísticas de registro da criminalidade e da violência; - Avaliar os sistemas de controle social, a implementação de políticas criminais e de segurança pública e a questão da violência institucional; - Fortalecer atitudes para a valorização de uma prática em segurança penitenciária voltada à proteção da sociedade, aliada ao respeito máximo aos direitos e garantias fundamentais individuais.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		
DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manoel da Costa Andrade. Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena . Coimbra: Coimbra Editora, 1997. NESPP/ACADEPOL. Criminologia Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa . Ano 2, n. 2, Belo Horizonte, ago, 2007.		

SÁ, Alvinio Augusto. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

FERREIRA LIMA, M. P. **Crimes de computador e segurança computacional**. Campinas: Millenium, 2008

MOLINA, Antonio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flávio. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos. Introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. 4. ed.. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablo et al. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SHECAIRA, Sergio Salomão. **Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Jorge da. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

Nome da disciplina:

PSICOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:

Unidade: CFCH

2-0-0

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Psicologia Jurídica e a Segurança Pública. Fatores Socioeconômicos, culturais e políticos associados à delinquência e criminalidade. Noções de psicopatologia. Conceitos de imputabilidade, periculosidade, saúde e doença mental. A condição humana e seu componente de agressividade. Instituições Totais: assistência, ressocialização, reincidência, institucionalização. Psicologia, Violência e Direitos humanos.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Apresentar as principais teorias que relacionam a psicologia às questões de segurança pública e aos direitos humanos

Específicos:

- Conhecer os princípios da psicologia jurídica e da gestão prisional no contexto da psicologia.

- Abordar os conceitos de delinquência e criminalidade na ótica da psicologia.
- Compreender os princípios da psicopatologia atual.
- Conhecer a relação entre saúde mental e os componentes da vida afetiva tendo os padrões agressivos como foco

Bibliografia básica (mínimo 03)

IORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana C. R. **Psicologia jurídica**. São Paulo: Atlas, 2015.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva.

MIRA Y LÓPEZ, Emílio. **Manual de psicologia jurídica**. São Paulo: Vida Livros.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

BARLOW, D. H. & DURAND, V. M. **Psicopatologia: Uma Abordagem Integrada**. Tradução da quarta edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDER. FIFTH EDITION. American Psychiatric Association, 2013.

PAULO, Beatrice Marinho (org.) et al. **Psicologia na prática jurídica: a criança em foco**, Niterói: Impetus.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado

Nome da disciplina:

SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Carga horária:

30 horas

Quantidade de créditos:

2-0-0

Unidade: CFCH

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Princípios da Administração Pública. Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Acre. Da Apuração Preliminar. Do Processo Disciplinar. Dos crimes.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Estudar os princípios da administração aplicados ao processo de sindicância e processo administrativo.

Específicos:

- Analisar os princípios da administração.
- Estudar o estatuto do servidor público do Estado do Acre
- Compreender o processo de apuração preliminar e o processo disciplinar.
- Especificar os crimes tipificados quanto aos atos praticados por servidores públicos.

Bibliografia básica (mínimo 03)

ACRE. Lei Complementar Nº 39, de 29 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público.**

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2015.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado.** Rio de Janeiro: Renovar: 2015

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

BRASIL, M.G.M. A segurança pública no “Governo das Mudanças”: moralização, modernização e participação. São Paulo, 2000. 325p. **Tese Doutorado em Serviço Social.** - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000. SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de Conflitos: Família, Escola e Comunidade.** Florianópolis: Conceito Editora. 2007.

MAGALHÃES, L. C. Análise Criminal e Mapeamento da Criminalidade – GIS. **Anais do Fórum Internacional de Gabinetes de Gestão Integrada,** São Luís, Maranhão, novembro 2007.

MENDES, G.F.; FORSTER JÚNIOR, N.J. **Manual da Presidência da República.** Brasília: Presidência da República, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2015.

MORAES, Isaias Fonseca. **Manual de direito administrativo.** Curitiba: Juruá, 2014.

Nome da disciplina:**REINSERÇÃO DA PESSOA PRESA**

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:

Unidade: CFCH

2-0-0

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Criminologia e Reintegração Social. Programas Sociais. Assistência Psicossocial. Políticas Públicas no Sistema Prisional: Saúde, Educação, Trabalho e Qualificação Profissional. Reinserção do Preso e Ordenamento Jurídico Brasileiro. Aspectos Positivos da Ressocialização. Aspectos Negativos da Falta de Ressocialização. Situação Prisional. Lei de Execução Penal

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Demonstrar de maneira analítica e crítica os estudos da criminologia e a sua relevância num processo de reintegração social.

Específicos:

- Caracterizar historicamente a criminologia e seus estudos para o campo da gestão prisional.
- Destacar os programas sociais e políticas públicas no sistema prisional.
- Estudar as relações entre educação, trabalho e qualificação profissional para reinserção do preso.
- Analisar criticamente a lei de execução penal.

Bibliografia básica (mínimo 03)

ALVAREZ, M. C. **Punição, sociedade e história: algumas reflexões**. Méti (UCS), v. 6, p. 93-105, 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões. Ed. Vozes, 27ª edição, Petrópolis, 2003.

SÁ, Alvinio Augusto de. **Algumas Ponderações acerca da Reintegração Social dos Condenados à Pena Privativa de liberdade**. Revista da Esmape. V.5 nº 11. Recife, 2000.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

BRASIL. Senado Federal. **Lei n. 7.210/84**. Lei de Execução Penal. Brasília: Senado Federal, 2008.

CALHAU, Lélío Braga. **A “ressocialização” de presos e a terceirização de presídios: impressões colhidas por um psicólogo em visita a dois presídios terceirizados**. Disponível em: <<http://www.novacriminologia.com.br/artigos/leiamais/default.asp?id=2049>>.

CAMPOS, Teresinha de Jesus Moura Borges. **A eficácia das Penas Alternativas**. Teresina: Associação Piauiense do Ministério Público, 2005.

FALCONI, Romeu. **Reintegração Social**. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito PUC/SP. São Paulo, 1996.

JESUS, Valentina Luiza de. **Ressocialização: mito ou realidade?** Disponível em: <<http://na1312.my1blog.com/2007/09/12/ressocializacao-mito-ou-realidade/>>. Acesso em 18 de junho de 2008.

Nome da disciplina:		
VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PENITENCIÁRIA		
Carga horária: 30 horas	Quantidade de créditos: 2-0-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: À distância		
Ementa da Disciplina: Importância da atividade física na promoção da saúde seus aspectos mentais e emocionais e prevenção das doenças. Psicopatologias. Estresse/ocupacional. A relação do homem com a organização. Qualidade de vida no trabalho. Condicionamento físico. Contexto socioeconômico e cultural da saúde e da segurança. Alcoolismo e uso de drogas lícitas e ilícitas. Conceito de ambiente saudável. Organização, norma, princípios e responsabilidades. Prevenção e controle de riscos em equipamentos e no ambiente de Trabalho - Equipamentos de proteção individual. - O ambiente e as doenças do trabalho. Ergonomia. Fatores determinantes de perturbação da saúde psicológica. Gerência do estresse. Estabelecimento dos processos de preservação da saúde física e mental do servidor. Estabelecimento dos processos para eliminar, minimizar e controlar os riscos de ocorrência de acidentes, doenças ocupacionais nas atividades/operações. Adoção de rotinas que possibilitem utilizar de maneira eficiente e eficaz os instrumentos de trabalho. Utilização de técnicas de prevenção do estresse e de outras doenças ocupacionais.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Demonstrar a relevância das atividades físicas na qualidade plena da vida do servidor penitenciário.		
Específicos: - Destacar a importância das atividades físicas, estudando todos fatores que influenciam na saúde plena do profissional. - Estudar as doenças laborais. - Construir rotinas para uma vida saudável.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho; tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira - 5.ed. ampliada-São Paulo: Cortez- Oboré,1992.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.

ROBBINS, S. **Patologia estrutural e funcional**. Rio de Janeiro: Koogan, 1989.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

ALVIN, Rui Carlos Machado (1991). **O Trabalho Penitenciário e os Direitos Sociais**. São Paulo, Ed. Atlas.

ANTUNES, Celso. **A inteligência emocional e a construção do novo eu**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SATO, L. O conhecimento do trabalho e a teoria das representações sociais. In CODO, W. et al. **Sofrimento psíquico nas organizações**: saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1995.

TARAPANOFF, Kira. **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília, DF: Ed. UNB, 2010.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho**: ergonomia, método e técnica. São Paulo: FTD, 1987.

Nome da disciplina:

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA GESTÃO PENITENCIÁRIA

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:

Unidade: CFCH

2-0-0

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Concepções sobre o processo inter-relacional humano. Desenvolvimento interpessoal, gerencial e organizacional. Posturas pessoais e relações interpessoais. Competência Interpessoal. Cultura e Clima Organizacional. Comunicação Interpessoal. Inteligência Emocional. Reflexões Sobre as Relações Humanas. Relações Interpessoais no Sistema Prisional.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Demonstrar a importância dos estudos quanto as relações interpessoais no desenvolvimento pleno de uma gestão e compromisso institucional.

Específicos:

- Destacar as concepções do processo inter-relacional humano.
- Analisar os fundamentos do desenvolvimento interpessoal, gerencial e organizacional.
- Avaliar a cultura e clima organizacional e o adoecimento na gestão prisional.
- Analisar a inteligência emocional e suas características fundamentais para o bom relacionamento institucional.

Bibliografia básica (mínimo 03)

ANTUNES, Celso. **As inteligências múltiplas e seus estímulos**. Campinas: Papirus, 2014.

_____. **A inteligência emocional e a construção do novo eu**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 17. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de. **Psicologia e justiça: infância, adolescência e família**. Curitiba: Juruá, 2012.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia**. São Paulo: Makron Books, 2001.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. Ed. ampl. São Paulo (SP) : Cortez Editora, 2009.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: por que ela pode ser mais importante que o QI: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Nome da disciplina:**METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**

Carga horária: 30 horas

Quantidade de créditos:

Unidade: CFCH

2-0-0

Modalidade de Realização: À distância

Ementa da Disciplina:

Fundamentos teórico-filosóficos. Pesquisa científica. Métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa. Projeto de pesquisa. Relatórios de pesquisa. Elaboração de artigo científico. Normalização da ABNT.

Objetivos das Disciplina:

Geral:

Proporcionar uma compreensão ampla da metodologia da pesquisa científica, de modo a subsidiar a elaboração do projeto de pesquisa e a elaboração do artigo científico.

Específicos:

- Analisar os pressupostos epistemológicos que fundamentam a pesquisa científica e a pesquisa jurídica, na orientação teórico-técnica necessária à produção de um artigo científico;
- Identificar os principais métodos de investigação científica, os quais servirão **de** base para o domínio técnico e a compreensão de uma visão mais crítica de produção científica;
- Destacar os fundamentos teórico-práticos da pesquisa jurídica como instrumento na formação da autonomia intelectual e profissional do pós-graduando;
- Aplicar os conteúdos desenvolvidos durante a graduação na elaboração de um projeto de pesquisa;
- Elaborar e fundamentar propostas de pesquisa comprometidas com a melhoria do sistema prisional.

Bibliografia básica (mínimo 03)

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática.** São Paulo: Saraiva 2007.

OLIVEIRA Netto, Alvim Antônio de. **Metodologia da pesquisa científica:** guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. Florianópolis: Visual Books, 2014.

Bibliografia complementar: (mínimo 03)

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 1980.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Nome da disciplina:		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
Carga horária: 60 horas	Quantidade de créditos: 0-2-0	Unidade: CFCH
Modalidade de Realização: A distância		
Ementa da Disciplina: Apresentação de trabalho investigativo a partir das disciplinas estudadas numa temática específica escolhida pelo aluno.		
Objetivos das Disciplina:		
Geral: Proporcionar um saber metodológico de pesquisa que subsidie a elaboração do TCC.		
Específicos: - Elaborar um TCC abordando os conhecimentos aprendidos no curso e a normalização da ABNT e normas acadêmico-científicas. - Sistematizar um artigo científico de conclusão do Curso.		
Bibliografia básica (mínimo 03)		
MEDEIROS, João Bosco Medeiros. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . São Paulo: Atlas. MONTEIRO, Gilson. Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses . São Paulo: EDICON.		
Bibliografia complementar: (mínimo 03)		
METRING, Roberte Araújo. Pesquisas científicas: planejamento para iniciantes . Curitiba: Juruá, 2014.		

PINHEIRO, Jorge; HOUNSELL, Franci. Monografia em ciências jurídicas e sociais: como elaborar. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2015.

SILVA, Marcos Antônio da. Normas para elaboração e apresentação do trabalho acadêmico na UCG. Goiânia: Ed. da UCG, 2015.

13. LINHAS DE PESQUISA DO CURSO

Este curso seguirá as seguintes linhas de pesquisa:

1. Diversidade de abordagens teóricas – Clássicas e contemporâneas.
 2. Conhecimento como construção.
 3. Pesquisa como princípio educativo
 4. Historicidade e contextualização
- Diversidade de abordagens teóricas – Clássicas e contemporâneas. Isso significa que a análise das questões do sistema penitenciário deverão ter sempre várias perspectivas teóricas de tal modo que o profissional-cursista possa entender que os mesmos fenômenos sociais podem ser abordados por diferentes autores e teorias, e que essas teorias e seus autores estão em relação direta com o seu tempo, mas que muitos dos elementos dessas teorias podem ultrapassar o imediatismo temporal, permanecendo como referência no campo científico, isso faz uma teoria se tornar “clássica”; na medida em que as teorias descrevem e dialogam com fenômenos do presente, chama-se contemporânea e na medida em que se firmem no campo, passam a ser entendida, no futuro, como clássicas também.
 - Conhecimento como construção. Todo o conhecimento é fruto da atividade humana nos diversos contextos em que se vive, ou seja, todo o conhecimento é construído socialmente. Isso acontece cotidianamente nas salas de aulas onde os professores ensinam e aprendem ao ensinar. O que se entende é que o conhecimento não é dado de imediato e nem para sempre: a simples transmissão do conhecimento não é suficiente para sua aquisição pelo profissional, que deve participar de sua (re) construção em sala de aula, na plataforma, num diálogo com o professor/e/ou/tutor (a aula), com os autores (na leitura dos textos) e fora de sala de aula, em contato direto com a realidade (na

pesquisa). Assim, o que é ensinado não é o ponto final – o dado, o construído, o acabado – mas o ponto de partida para uma nova busca de conhecimentos.

- Pesquisa como princípio educativo. Além dos mais diversos recursos didáticos, a pesquisa no ensino médio é um dos princípios básicos para se ensinar, pois além de introduzir o aluno nos elementos fundamentais da pesquisa propriamente dita (discurso científico, regras da pesquisa, exemplos de técnicas e métodos de pesquisa), permite que ele tenha uma aproximação com as questões do seu cotidiano de maneira concreta e de modo científico através da pesquisa, permitindo-lhe um conhecimento sistematizado e instrumentalizando-o para algum tipo de ação a esse respeito.
- Historicidade e contextualização. Tanto a ciência social quanto seus objetos são produtos de uma história e de um contexto definido – social, político, espacial. Assim, o ensino de Sociologia requer que o professor na sua formação e na sua prática esteja atento para essa especificidade, perceba-se a si e seus alunos como sujeitos históricos e leve em conta as referências contextuais em que essa formação e essas práticas se dão. Nesse sentido, pode-se falar aqui também de desnaturalização: a educação não é um fenômeno que se reduza a seus aspectos psicobiológicos, pois deve abranger o contexto histórico-social em que acontece.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DISCENTES

O processo de seleção dos profissionais do curso de **Pós-Graduação em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos** irá ocorrer com base em edital específico a ser elaborado por comissão especial de seleção. Esse processo consistirá da submissão do currículo vitae, sendo a sua comprovação feita através do envio de documentos no formato digital, em formulário próprio a ser disponibilizado no AVA MOODLE/UFAC – disponível em <<http://niead.ufac.br/moodle/>>, além da realização de uma avaliação sobre tema(s) relacionado(s) à área do curso.

O processo de seleção pode ainda prever a realização de prova prática em laboratório de informática, para comprovação de domínio básico de informática, e entrevista pessoal, se julgado necessário pela comissão especial.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO

O processo de avaliação ao longo do curso observará normas específicas da instituição, que, em conformidade com a resolução CEPEX n. 18, de 12 de dezembro de 1990, considera aprovado nas disciplinas do curso o aluno que obtiver nota 7,0 (sete) pontos, com frequência mínima de 75% de horas letivas, conforme o artigo 24, seção 06 da lei 9394/96.

Atividades propostas em cada disciplina, tais como, seminário, questionário, estudo de caso, atividades em laboratório, provas, registros de participação etc., e o acompanhamento das interações dos cursistas nas atividades propostas no fórum de discussão, chat, postagem dos arquivos etc., conforme definição do Formador, também serão um dos critérios de avaliação.

As atividades deverão estar de acordo com a proposta metodológica do curso, visando a sua aplicação prática, de acordo com o contexto do local de oferta e a interação entre formadores, tutores e cursistas,

Para que o aluno seja aprovado ele precisará ser avaliado em três níveis. **Primeiro nível – avaliações à distância**

As avaliações à distância são essencialmente de caráter formativo e serão realizadas ao início e ao final de cada Módulo. Podem se constituir de acordo com a essência da disciplina, de decisões de ordem pedagógica e da autonomia do professor trabalhos enviados para os Polos, corrigidos pelos tutores sob a orientação do professor formador. Essas avaliações corresponderão a 30% das notas parciais do aluno de N1 e N2. Sempre que possível, os instrumentos de avaliação à distância devem contemplar trabalhos individuais e questões a serem resolvidas por grupos de alunos, estimulando dois processos, o processo autoral e o processo autoral cooperativo.

Segundo nível – avaliações presenciais

Essas avaliações presenciais serão aplicadas ao final de cada bimestre, e deverão estar definidas nos guias e fascículos disponíveis digitalizados na plataforma e/ou na forma de materiais impressos.

Terceiro nível – avaliação presencial de NF e re-oferecimento quando necessário.

Em cada disciplina serão apresentadas diferentes atividades que poderão assumir um caráter de atividade avaliativa, com a indicação daquela(s) atividade(s) básica(s) que, preferencialmente, poderá(ão) ser tomada(s) para efeito de avaliação da aprendizagem.

Observada as normas internas da UFAC, a avaliação do curso de especialização deverá estabelecer diretrizes e procedimentos básicos de modo a assegurar:

1. Participação coletiva dos que atuam no curso – professores, tutores, professor-cursista;
2. Desenvolvimento profissional proporcionado pelo curso;

3. Alcance dos objetivos e implicações na prática docente do professor-cursista e no trabalho pedagógico da escola;
4. Realização ao longo do curso de modo processual e sistemático.

Além dessa avaliação interna do curso o MEC organizará outros procedimentos de avaliação com vistas a possibilitar o acompanhamento e supervisão geral do processo formativo implementado.

16. FORMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO E DOS DOCENTES PELOS ALUNOS

Ao final de cada semestre será enviado pela Coordenação Pedagógica do NIEAD (NÚCLEO DE INTERIORIZAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA) formulário próprio para avaliação do curso e da atuação do docente. Ao final de 18 meses, os alunos preencherão questionário com questões relacionadas ao desenvolvimento do curso e desempenho dos professores formadores, tutores à distância e tutores presenciais. As respostas irão indicar a necessidade ou não de correção de rotas.

17. ORIENTAÇÃO E MONOGRAFIAS E/OU DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO.

17.1 A Tutoria

Em qualquer sistema de ensino, seja na modalidade presencial ou a distância, a comunicação entre alunos e professores é fundamental para que a aprendizagem ocorra. Daí que a eficiência de um sistema educacional depende basicamente do sistema de comunicação que assegure esta interatividade, o que se dará na medida em que exista uma infraestrutura de suporte para que se desenvolva uma metodologia de ensino que promova a aprendizagem ativa.

Em um curso a distância, no qual o aluno está fisicamente distante do professor, importantes elementos deverão estar envolvidos para que a interação aluno/professor ocorra de fato. A tutoria se destaca como um dos principais componentes para que essa comunicação se estabeleça. O tutor, dentro de um sistema de educação a distância, é a figura que estabelece o vínculo mais próximo do aluno, seja presencialmente ou a distância, tanto do ponto de vista dos conhecimentos acadêmicos como do ponto de vista das atitudes do aluno perante o estudo; o aluno que opta por estudar na modalidade a distância, precisa ser orientado na especificidade desse aprendizado e constantemente motivado para que o abandono do curso seja evitado.

A UFAC equacionará seu sistema de tutoria provendo entre a sede e os polos de apoio presencial uma infraestrutura de atendimento ao cursista que consistirá de duas modalidades de tutoria:

- a) Tutoria presencial;
- b) Tutoria a distância.

Na tutoria presencial os alunos contarão com um sistema de apoio dos tutores que ocorrerá periodicamente para cada disciplina nos polos. A tutoria a distância será realizada por meio de telefone e internet pelos tutores que ficarão na sede da instituição. Isso quer dizer que, além dos professores de cada disciplina, haverá um corpo de tutores atuando tanto presencialmente quanto a distância junto aos alunos, de maneira que suas dúvidas relacionadas aos conteúdos didáticos e atividades sejam atendidas e, além disso, o acompanhamento de seu desempenho no curso seja realizado.

A configuração do sistema de tutoria estará baseada na seguinte infraestrutura física:

a) As salas de coordenação e de tutoria a distância, onde os tutores e os professores responsáveis pelas disciplinas do curso realizarão as atividades ligadas aos respectivos cursos. Essas salas são equipadas com infraestrutura computacional e de telecomunicações necessária ao acompanhamento dos alunos.

b) Os polos de apoio presencial também dispõem de uma infraestrutura tecnológica adequada para as atividades de tutoria, como também sala de aula, biblioteca e sala de estudos/tutoria.

A formação e o acompanhamento das atividades dos tutores serão realizados pelo NIEAD, com a participação da coordenação e corpo de docentes do curso de Especialização. No caso da formação, a mesma deve contemplar os aspectos relacionados à modalidade de Educação a Distância, aos conteúdos e materiais didáticos específicos do curso e na utilização das ferramentas tecnológicas adotadas no mesmo.

A seleção de tutores será realizada a partir de processo seletivo específico, a ser conduzido por comissão de seleção responsável pela elaboração e divulgação de edital, execução e acompanhamento de todo o processo.

17.2 Polos de Apoio Presencial

O curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Sistema Penitenciário está previsto para funcionar em 2 Municípios do Acre: Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

O polo/Município de apoio presencial serve como referência aos cursistas e devem oferecer condições de acesso aos meios modernos de informação e comunicação, além de proporcionar o atendimento pedagógico, administrativo e cognitivo necessário ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Na Figura 1, estão ilustrados no mapa do Estado do Acre, os municípios que possuem polo de apoio presencial:

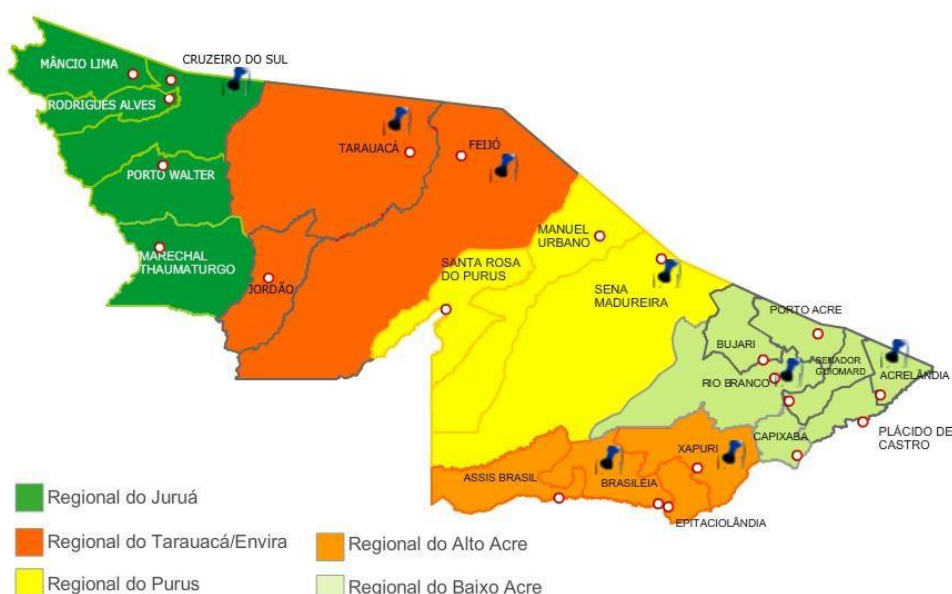


Figura 1: Municípios que possuem polos credenciados pela UAB.

Os polos de apoio presencial contam com sala de coordenação, salas de aula, sala de tutoria, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, banheiros, copa e espaço comum de convivência. Além disso, é disponibilizado acesso a internet com e sem fio aos professores, tutores e alunos.

O TCC atenderá ao princípio da reflexão sobre a formação do cursista, a partir da mobilização dos conteúdos aprendidos e das experiências vivenciadas neste curso de especialização, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da formação e prática docente. O TCC poderá ser desenvolvido na forma de monografia, artigo científico ou projeto de intervenção. Assim, é importante que a temática escolhida pelo cursista assim como seu desenvolvimento, além de estabelecer relações com os temas abordados ao longo do curso, dialogue fortemente com a prática profissional, com ênfase na área específica do curso.

O prazo de entrega do TCC deve constar do calendário do curso. A aprovação do profissional (a)-cursista no TCC é condição para obtenção da titulação proporcionada pelo curso.

É importante ressaltar, por último, que na definição da avaliação da aprendizagem em cada curso deverão ser observadas, além das normas internas de cada instituição, também

as normas específicas da legislação educacional brasileira, inclusive aquela relativa à educação na modalidade a distância.

18. ATIVIDADES VINCULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO (descrição das atividades que serão desenvolvidas – se houver)

Não se aplica. Considerando que a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, até o ano de 2018, não oferta nenhum curso relacionado à área da segurança pública ou afins, e, visto que, o curso não tem propósito de tornar-se regular.

19. ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E DEMONSTRAÇÃO DAS CONDIÇÕES LABORATORIAIS E DE BIBLIOTECA RELATIVOS AO CURSO (a biblioteca fornece)

Acervo da biblioteca na área do curso:

Acervo							
Geral				Específico			
Livro		periódico		Livro		Periódico	
Título	volume	Título	Volume	Título	Volume	Título	Volume

Fonte: (com data atualizada)

Indicação dos laboratórios a serem utilizados no curso
(não é necessário incluir a descrição dos laboratórios)

Indicação dos equipamentos ou multimeios que serão utilizados no curso

OBS: Não se aplica. Observando que o material bibliográfico se encontra todo à disposição virtualmente. Vide a Plataforma Moodle.

20 PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO (VIABILIDADE FINANCEIRA)

O curso será completamente financiado pelo instituto de Administração Penitenciária – IAPEN.

21 REFERÊNCIAS/ANEXOS